



# Primeira Coletiva de Imprensa

Governador Moisés



**GOVERNO  
DE SANTA  
CATARINA**

## Como estamos recebendo o Governo do Estado?

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos previstos na Constituição Federal que compõem o processo orçamentário.

- PPA - O PPA é um planejamento de médio prazo, que define as estratégias, diretrizes e metas do Governo por um período de 4 anos.
- LDO - A LDO define as metas e prioridades do Governo, ou seja, as obras e serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte. É a Lei que estabelece a ligação entre o PPA e a LOA.
- LOA - A LOA, ou o orçamento propriamente dito, estima as receitas que o Governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e fixa as despesas a serem realizadas com tais recursos.

Esses três instrumentos (Leis) são estritamente ligados entre si, compatíveis e harmônicos. Eles formam um sistema integrado de planejamento e orçamento, previsto na Constituição Federal, que deve ser adotado pelos Municípios, pelos Estados e pela União.

Contudo, se cogita que ao consolidar as informações do ano de 2018, o Governo de Santa Catarina apresente um déficit com um valor inicial em torno de 350 milhões de reais. Devem ficar ainda 700 milhões de reais de contas em atraso, de despesas não pagas a fornecedores, especialmente da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Infelizmente, os números finais devem ser conhecidos apenas no término do primeiro trimestre de 2019. Cabe ainda um destaque quanto estimativa de déficit orçamentário para o ano 2019, no valor de 2,5 bilhões, conforme quadro abaixo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DO TESOURO ESTADUAL

Projeção de Caixa - Recursos Contratados do Tesouro - 2019 (valores em milhares R\$)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
<b>Principais Entradas</b>	<b>1.513.280</b>	<b>1.421.781</b>	<b>1.372.970</b>	<b>1.448.940</b>	<b>1.368.690</b>	<b>1.334.450</b>	<b>1.439.310</b>	<b>1.516.350</b>	<b>1.511.000</b>	<b>1.552.730</b>	<b>1.585.900</b>	<b>1.744.400</b>	<b>17.809.801</b>
Receita de Impostos Líquida (ICMS, Simples, IPVA, ITCMD, IRRF, liquidas de participação Municípios e de Fundeb)	1.369.480	1.275.981	1.227.170	1.303.140	1.222.890	1.188.650	1.293.510	1.370.550	1.365.200	1.406.930	1.440.100	1.590.600	16.054.201
Transferências Constitucionais e Legais da União - Líquidas (Cotas FPE, IPI e Lei Kandir)	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	100.000	1.090.000
Taxas Líquidas (FR 0111 utilizadas na folha órgãos seguradora pública)	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	180.000
Desvinculação de Receitas do Estado (DREm)	24.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	26.000	24.000	308.000
Outras Fontes Tesouro	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	14.800	177.600
<b>Principais Saídas</b>	<b>1.689.520</b>	<b>1.537.056</b>	<b>1.502.795</b>	<b>1.619.563</b>	<b>1.708.385</b>	<b>1.693.693</b>	<b>2.010.017</b>	<b>1.559.206</b>	<b>1.535.829</b>	<b>1.650.032</b>	<b>1.727.548</b>	<b>2.148.740</b>	<b>20.382.385</b>
Folha (com encargos, inclusive patronal)	510.000	510.000	510.000	510.000	510.000	510.000	760.000	515.000	515.000	515.000	515.000	770.000	6.650.000
Insuficiência Previdência Própria	285.000	285.000	280.000	280.000	280.000	280.000	380.000	285.000	285.000	285.000	285.000	380.000	3.590.000
Repasso Poderes e Udesc	321.815	301.199	290.436	307.187	289.492	281.942	305.064	322.051	320.872	330.073	337.387	372.777	3.780.296
Desembolso Dívida e parcelamentos	210.000	78.500	60.000	160.000	236.000	267.000	210.000	82.000	60.000	165.000	235.000	271.000	2.034.500
Precatórios	26.330	26.380	26.380	26.395	57.010	18.766	18.766	18.766	18.766	18.766	18.766	18.766	293.857
Parcelamento Municípios (Lei 17.053/2016)	8.875	8.877	8.879	8.881	8.883	8.885	8.887	8.889	8.891	8.893	8.895	8.897	106.632
Contribuição PASEP	12.500	12.100	12.100	12.100	12.000	12.100	12.300	12.500	12.300	12.300	12.500	12.300	147.100
Repasses Saúde (exercício e Restos)	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	2.400.000
Repasses demais órgãos (exercício e restos)	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	115.000	1.380.000
<b>Déficit Projetado</b>	<b>-176.240</b>	<b>-115.275</b>	<b>-129.825</b>	<b>-170.623</b>	<b>-339.695</b>	<b>-359.243</b>	<b>-570.707</b>	<b>-42.856</b>	<b>-24.829</b>	<b>-97.302</b>	<b>-141.648</b>	<b>-404.340</b>	<b>-2.572.584</b>

Já em relação à análise contábil do Passivo Total do Estado, apura-se a quantia de 37,8 bilhões de reais em dívidas. No entanto, importa destacar que esse valor deve ser deduzido da conta do Ativo Total do Estado, resultando no Patrimônio Líquido, que em Santa Catarina é positivo. Essa é uma análise contábil pontual na data do relatório, ou seja, em 31.08.2018. A nota explicativa desta situação está no Relatório do 2º quadrimestre de 2018 da DICD/SEF/SC, cujo extrato segue abaixo.

**Tabela 02 - Composição do Passivo do Estado – 2016 a 2018**

Descrição	Dez 2016 - R\$	% Total	Dez 2017 - R\$	% Total	Ago 2018 - R\$	% Total
<b>Passivo Circulante (I)</b>	<b>10.321.214.622,18</b>	<b>30,57%</b>	<b>11.634.536.591,85</b>	<b>33,03%</b>	<b>12.428.525.145,82</b>	<b>32,85%</b>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	227.557.399,90	0,67%	347.323.642,84	0,99%	742.059.529,59	1,96%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	624.484.037,06	1,85%	833.753.281,88	2,37%	564.564.053,39	1,49%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	251.177.888,56	0,74%	366.992.155,59	1,04%	343.009.732,56	0,91%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	330.729.890,38	0,98%	396.906.939,29	1,13%	179.297.310,91	0,47%
Financiamentos a Curto Prazo - Interno	42.576.258,12	0,13%	42.672.211,15	0,12%	42.257.009,92	0,11%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	443.761.982,59	1,31%	514.371.255,66	1,46%	811.657.124,70	2,15%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	18.277.732,99	0,05%	14.324.568,51	0,04%	12.891.938,35	0,03%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Provisões a Curto Prazo	628.053.455,23	1,86%	635.060.970,48	1,80%	1.015.939.181,00	2,69%
Demais Obrigações a Curto Prazo	8.379.080.014,41	24,81%	9.289.702.872,48	26,38%	9.281.413.318,79	24,53%
<b>Passivo Não-Circulante (II)</b>	<b>23.446.481.985,24</b>	<b>69,43%</b>	<b>23.586.559.670,87</b>	<b>66,97%</b>	<b>25.401.925.749,21</b>	<b>67,15%</b>
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar	797.981.376,20	2,36%	650.491.078,64	1,85%	731.447.004,40	1,93%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	18.838.624.566,44	55,79%	18.847.578.716,48	53,51%	20.342.987.407,19	53,77%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	15.974.628.648,95	47,31%	16.074.652.313,74	45,64%	16.594.938.037,96	43,87%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	2.858.790.556,29	8,47%	2.768.442.513,59	7,86%	3.731.104.749,67	9,86%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	5.205.361,20	0,02%	4.483.889,15	0,01%	16.944.619,56	0,04%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.446.314.905,78	4,28%	1.599.762.002,72	4,54%	1.850.773.685,06	4,89%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	265.590.332,72	0,79%	265.222.665,51	0,75%	260.526.066,09	0,69%
Provisões a Longo Prazo	755.819.768,59	2,24%	70.812.707,33	0,20%	70.888.869,97	0,19%
Demais Obrigações a Longo Prazo	684.411.243,91	2,03%	1.548.855.851,86	4,40%	1.541.466.068,17	4,07%
Resultado Diferido	657.739.791,60	1,95%	603.836.648,33	1,71%	603.836.648,33	1,60%
<b>TOTAL: (I) + (II)</b>	<b>33.767.696.607,42</b>	<b>100%</b>	<b>35.221.096.262,72</b>	<b>100%</b>	<b>37.830.450.895,03</b>	<b>100%</b>

Fonte:

Relatório do 2º quadrimestre de 2018 da DICD/SEF/SC

### Nota explicativa da Secretaria de Estado da Fazenda:

“Primeiramente, cabe destacar que nem todos os valores contabilizamos no “Passivo” são dívidas na sua essência. Estão contabilizados no passivo as provisões e os depósitos de terceiros, que possuem contrapartida no “Ativo”. Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. No entanto, com o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a dívida passa a ser apresentada em curto prazo, quando exigível em prazo inferior a doze meses, e longo prazo, quando exigível em prazo superior a doze meses.

Ao final do segundo quadrimestre de 2018 o passivo total do Estado – somados o curto prazo (circulante) e o longo prazo (não-circulante) – alcançou R\$ 37.830.450.895,03. Desse

montante, a dívida referente a Empréstimos e Financiamentos representa 55,27%, com R\$ 20.907.551.460,58.

Ao término do segundo quadrimestre de 2018, o passivo de curto prazo fechou com o saldo de R\$ 12.428.525.145,82. Os maiores valores do passivo circulante, conforme evidenciado na Tabela 02, estão concentrados nas denominadas Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 9.281.413.318,79 (24,53% do total), onde estão contabilizados os Valores Restituíveis (R\$ 6.268.288.968,14, equivalente a 67,54% das Demais Obrigações a Curto Prazo), cujo principal desdobramento é a conta Depósitos Judiciais (R\$ 5.725.910.510,41 que corresponde a 91,35% do total dos Valores Restituíveis).

Cabe enfatizar que os Depósitos de Diversas Origens (valores restituíveis, dentre eles os depósitos judiciais e as consignações) possuem recursos em caixa em contrapartida com o registro no Passivo. Portanto, na essência, não se trata de dívida, pois são passivos com lastro financeiro onde o Estado é mero depositário dos recursos de terceiros, recursos esses que são vinculados ao respectivo passivo.

Na composição do passivo de longo prazo, ou não circulante, a principal conta é a de Empréstimos e Financiamentos que registra as obrigações financeiras internas e externas do Estado a título de empréstimos contratuais ou mobiliários bem como as aquisições efetuadas diretamente com fornecedores. O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo em 31 de agosto de 2018 foi de R\$ 20.342.987.407,19, o que representa 53,77% do passivo. Desse total, R\$ 20.326.042.787,63 corresponde ao valor referente a Empréstimos Internos e Externos, que representa a dívida contratual (operações de crédito) e R\$ 16.944.619,56 corresponde ao saldo da conta Financiamentos”.

**Tabela 03 – Estoque da Dívida - Empréstimos de Curto e Longo Prazo**

Descrição	Dez 2016 - R\$	% Total	Dez 2017 - R\$	% Total	Ago 2018 - R\$	% Total
<b>Empréstimos Internos</b>	<b>16.225.806.537,51</b>	<b>83,57%</b>	<b>16.430.503.699,54</b>	<b>83,85%</b>	<b>16.937.947.770,52</b>	<b>81,24%</b>
Curto Prazo	251.177.888,56	1,29%	355.851.385,80	1,82%	343.009.732,56	1,65%
Longo Prazo	15.974.628.648,95	82,28%	16.074.652.313,74	82,03%	16.594.938.037,96	79,60%
<b>Empréstimos Externos</b>	<b>3.189.520.446,67</b>	<b>16,43%</b>	<b>3.165.349.452,88</b>	<b>16,15%</b>	<b>3.910.402.060,58</b>	<b>18,76%</b>
Curto Prazo	330.729.890,38	1,70%	396.906.939,29	2,03%	179.297.310,91	0,86%
Longo Prazo	2.858.790.556,29	14,72%	2.768.442.513,59	14,13%	3.731.104.749,67	17,90%
<b>Total: Internos (+) Externos</b>	<b>19.415.326.984,18</b>	<b>100%</b>	<b>19.595.853.152,42</b>	<b>100%</b>	<b>20.848.349.831,10</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório do 2º quadrimestre de 2018 da DICD/SEF/SC

Essa conta é relevante. O Estado de Santa Catarina possuía em agosto de 2018, um saldo de 20,8 bilhões de reais de empréstimos de curto e médio prazo.

**Tabela 10 - Projeção do Serviço da Dívida Contratual – 2018-2048 - R\$**

Ano	Principal	Juros e Encargos	Total do Serviço
2018	841.493.879,79	1.078.834.864,72	1.920.328.744,51
2019	1.018.406.548,76	1.267.651.367,50	2.286.057.916,26
2020	1.266.307.301,64	1.556.370.173,44	2.822.677.475,08
2021	1.433.683.084,99	1.695.809.389,75	3.129.492.474,74
2022	1.502.483.484,35	1.771.766.912,40	3.274.250.396,75

Fonte: Relatório do 2º quadrimestre de 2018 da DICD/SEF/SC

Pagamento previsto para os próximos 4 anos:

2019 - R\$ 2,286 bilhões;

2020 - R\$ 2,822 bilhões;

2021 - R\$ 3,129 bilhões

2022 - R\$ 3,274 bilhões.

**Total - R\$ 11,511 bilhões**

Valor estimado, pois depende da variação do dólar e da Selic.

**8.4 Tabela A-04 – Dívida Consolidada em % do PIB e RCL - Agosto/2018**

UF	PIB 2015 (*) - R\$	Dívida Consolidada - R\$	% DC/PIB	Dívida Consolidada Líquida - R\$	% DCL/PIB	Dívida Contratual (OC) - R\$	% OC/PIB	RCL - R\$	% DC/RCL	% DCL/RCL
AC	13.622.322.839,91	4.138.021.024,61	30,38%	3.210.086.863,32	23,56%	3.975.714.485,21	29,19%	4.675.342.323,77	88,51%	68,66%
RJ	659.136.904.052,17	152.742.714.252,44	23,17%	150.974.832.241,44	22,90%	149.814.312.648,00	22,73%	55.885.748.527,00	273,31%	270,15%
MG	519.326.000.000,36	112.412.420.806,85	21,65%	105.645.713.246,22	20,34%	109.083.309.859,18	21,00%	55.766.511.739,57	201,58%	189,44%
RS	381.985.142.741,16	81.459.869.067,85	21,33%	81.459.869.067,85	21,33%	72.898.677.433,10	19,08%	35.962.208.931,73	226,52%	226,52%
AL	46.363.869.539,29	9.746.711.485,45	21,02%	6.825.579.614,11	14,72%	9.709.969.563,36	20,93%	7.709.875.408,14	126,42%	88,53%
RR	10.354.354.866,21	2.066.162.203,96	19,95%	1.085.098.456,16	10,48%	2.002.150.850,53	19,34%	3.259.749.107,97	63,38%	33,29%
AP	13.861.200.623,56	2.682.926.212,38	19,36%	146.547.712,70	-1,06%	1.671.738.291,71	12,06%	4.935.459.861,52	54,36%	-2,97%
SP	1.939.890.056.238,15	307.586.040.359,54	15,86%	261.775.365.240,88	13,49%	283.770.586.200,78	14,63%	156.829.791.820,09	196,13%	166,92%
SE	38.554.462.224,26	5.812.956.401,46	15,08%	4.255.691.302,82	11,04%	3.138.931.254,33	8,14%	7.138.904.404,14	81,42%	59,61%
PI	39.148.432.674,69	5.861.200.175,12	14,97%	2.555.280.839,70	6,53%	5.292.773.963,77	13,52%	8.453.301.631,94	69,34%	30,23%
TO	28.930.063.490,70	3.619.927.463,17	12,51%	2.785.766.068,80	9,63%	3.357.641.082,97	11,61%	7.258.402.883,80	49,87%	38,38%
RO	36.562.837.239,62	4.513.575.803,07	12,34%	2.616.095.328,98	7,16%	3.239.356.783,71	8,86%	6.716.934.403,98	67,20%	38,95%
GO	173.631.662.619,69	19.905.574.211,68	11,46%	18.943.378.394,72	10,91%	19.152.713.312,87	11,03%	21.775.721.627,29	91,41%	86,99%
MS	83.082.335.620,98	9.001.761.308,03	10,83%	7.812.857.594,24	9,40%	8.495.137.578,30	10,22%	10.552.369.862,63	85,31%	74,04%
CE	130.620.788.273,63	13.742.347.541,04	10,52%	10.288.136.941,62	7,88%	13.217.681.851,12	10,12%	18.349.844.006,67	74,89%	56,07%
PE	156.955.362.667,72	16.408.816.126,71	10,45%	13.157.528.500,99	8,38%	15.786.311.034,96	10,06%	22.587.408.021,40	72,65%	58,25%
BA	245.024.862.117,95	25.425.207.483,38	10,38%	20.004.291.324,10	8,16%	20.818.688.493,82	8,50%	30.930.200.467,33	82,20%	64,68%
SC	249.072.796.703,60	24.652.238.954,38	9,90%	20.696.932.742,20	8,31%	21.433.487.022,57	8,61%	21.921.199.488,30	112,46%	94,42%
MA	78.475.165.642,36	7.709.099.379,03	9,82%	6.164.499.426,56	7,86%	6.542.568.439,46	8,34%	13.142.933.350,42	58,66%	46,90%
PB	56.140.394.095,26	4.215.075.734,09	7,51%	2.232.955.251,56	3,98%	2.595.792.820,41	4,62%	9.454.544.814,10	44,58%	23,62%
AM	86.560.496.150,04	6.257.857.291,12	7,23%	3.460.805.265,42	4,00%	6.257.657.291,12	7,23%	12.916.671.478,47	48,45%	26,79%
PR	376.959.749.167,05	23.974.822.136,09	6,36%	9.017.251.236,63	2,39%	20.285.371.824,74	5,38%	36.743.784.830,83	65,25%	24,54%
MT	107.418.030.906,27	6.715.467.559,91	6,25%	4.593.093.585,47	4,24%	6.517.334.701,67	6,07%	14.163.855.395,14	47,41%	32,15%
ES	120.363.143.370,18	6.883.489.470,16	5,72%	1.165.138.275,15	0,97%	6.718.883.011,26	5,58%	12.890.426.079,14	53,40%	9,04%
DF	215.613.024.760,79	8.754.318.252,00	4,06%	6.104.930.965,87	2,83%	4.628.619.359,31	2,15%	21.079.420.241,82	41,53%	28,96%
PA	130.883.426.085,65	4.006.892.630,93	3,06%	892.460.154,69	0,68%	4.006.892.630,93	3,06%	18.465.166.734,33	21,70%	4,83%
RN	57.249.755.820,51	1.719.265.722,99	3,00%	652.415.527,01	-1,14%	1.719.265.722,99	3,00%	8.874.726.354,24	19,37%	-7,35%
<b>Total</b>	<b>5.995.786.640.531,76</b>	<b>872.014.159.057,41</b>	<b>14,54%</b>	<b>746.894.674.689,79</b>	<b>12,46%</b>	<b>806.123.567.512,18</b>	<b>13,44%</b>	<b>628.440.503.795,76</b>	<b>138,76%</b>	<b>118,85%</b>
<b>Média</b>	<b>222.066.171.871,55</b>	<b>32.296.820.705,83</b>		<b>27.662.395.358,88</b>		<b>23.925.974.338,30</b>		<b>22.400.408.986,46</b>		

\*Fonte: IBGE.

Fonte: Relatório do 2º quadrimestre de 2018 da DICD/SEF/SC

Trata-se apenas de um comparativo entre o endividamento do Estado de Santa Catarina em relação aos demais Estados da Federação.

A aprovação de novos empréstimos depende muito da capacidade de pagamento que, no caso de Santa Catarina, está exaurida.

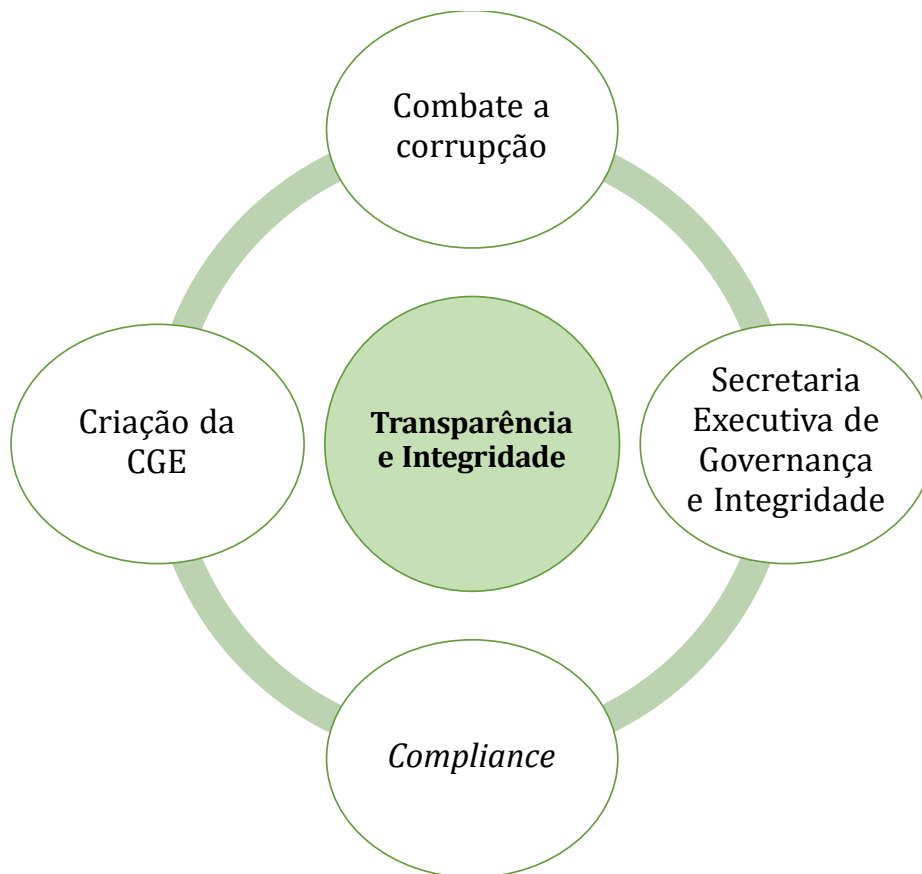
## Quais as linhas de ação iniciais do novo governo?



As ações do novo Governo estarão sustentadas em três dimensões:

- Transparência e Integridade
- Governança e Eficiência
- Investimentos e melhores serviços ao cidadão

A melhoria da gestão decorrente da implementação de iniciativas associadas às duas primeiras dimensões vai viabilizar aquilo que mais interessa ao cidadão catarinense: ampliar a capacidade do estado investir e melhorar os seus serviços.



Em pleno final da segunda década do Século XXI, a prevenção e o combate à corrupção, a transparência e o acesso às informações, a implementação de programas de ética e integridade pública e a participação social na abertura para um governo eletrônico desburocratizado devem fazer parte de uma agenda governamental séria no trato com a coisa pública.

A implementação do programa de Integridade catarinense terá por objetivo criar mecanismos capazes de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades ou práticas que não estejam de acordo com as leis, além de buscar potencializar impactos positivos para o alcance dos objetivos estratégicos.

Ademais, o desenvolvimento de boas práticas de governança tende a gerar reflexos na melhoria da relação entre particular e estado, já que a mitigação de riscos de prática de corrupção, como exemplo, pode ser percebida, aplicada e fiscalizada por todos. O fortalecimento dos pilares da transparência e controle interno serão essenciais para o alcance desses objetivos.

A criação da Secretaria Executiva de Governança e Integridade está alinhada com a iniciativa



de um governo que prima pela meritocracia e é mais responsável com o interesse público, e os pilares a serem estabelecidos nas políticas respectivas terão por finalidade engajar os servidores num processo de melhoria contínua, priorizando a eficiência. Para reconhecimento e aperfeiçoamento do servidor público, serão adotadas práticas para alavancar habilidades, fortalecer a mentalidade global e aprimorar a capacidade de alcançar melhores resultados com menos recursos e tempo.

Já criação da CGE, a partir da aprovação da reforma administrativa, pretende garantir o fortalecimento das instâncias de integridade e a adoção de ferramentas de gerenciamento de riscos no âmbito da administração pública, com vistas a prevenir e responder os eventos que representem risco ao atingimento dos objetivos institucionais e para resolver questões que envolvam possíveis violações técnicas, administrativas e éticas, no trato de questões relacionadas à administração pública, com atuação imparcial e isenta, livre de situações reais ou aparentes de conflito de interesses em prol do interesse público.

Buscamos também com a criação da CGE atender as demandas dos órgãos de controle externo (Tribunal de Contas, Ministério Público de Contas e Ministério Público Estadual) e dos organismos internacionais, pelo fortalecimento e ampliação do controle e auditoria. A CGE será responsável por atividades relacionadas à defesa do patrimônio público.

Como Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, a CGE deve prover ainda o incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, ouvidoria, correição, prevenção e combate à corrupção.

É por meio da CGE e da Secretaria Executiva de Governança e Integridade que nos comprometemos a entregar para sociedade uma Administração Pública íntegra, participativa, transparente, eficiente e eficaz devendo ser reconhecida pelo cidadão catarinense como órgãos da administração pública indutores da moralidade administrativa. E neste sentido necessitamos do apoio de cada colaborador dentro de sua área de atuação, bem como da sociedade catarinense.



**Indicadores de desempenho para cada secretaria (Gestão por resultados):** Serão definidos, de forma transparente e participativa, ainda no primeiro semestre de 2019, um conjunto de indicadores de desempenho dos resultados que cada área do governo deverá entregar ao cidadão catarinense. Para cada indicador, haverá projetos associados para promover as condições de alcance da meta estabelecida. A cada 15 dias os titulares das pastas se reunirão com o Governador para análise dos resultados e andamento dos projetos. Os resultados de cada indicador estarão acessíveis ao cidadão pela internet. O acompanhamento será realizado pela coordenadoria de planejamento e avaliação governamental, composta pela Casa Civil, Secretaria Executiva de Governança e Integridade, Secretaria de Estado da Administração e Secretaria de Estado da Fazenda.

**Integração e cooperação entre os órgãos de governo:** O processo de transição deixou claro que, atualmente, os diversos órgãos do Governo do Estado funcionam, de forma geral, como ILHAS. Isso faz com que haja sobreposição de ações, falta de compartilhamento de soluções e integração nos projetos que dependem da atuação de mais de um órgão. Agora, com a construção de uma equipe de governo única e composta por especialistas e técnicos em cada uma das áreas, que trabalhará em prol do Estado como um todo e não apenas para

uma determinada base eleitoral, como visto anteriormente em muitos casos, haverá uma maior cooperação e integração de ações. Esse processo de Governança será coordenado pela Casa Civil e Secretaria Executiva de Governança e Integridade. Além disso, a cada 15 dias, após a reunião com o Governador para avaliação dos resultados, haverá um encontro apenas entre os secretários para interação, troca de informações, experiências, definições e resolução de problemas comuns.

**Governo Digital:** Tornar a gestão do governo cada mais leve e digital e entregar serviços digitais ao cidadão. Primeiras ações:

- **Projeto Governo sem papel** - Em 90 dias, será implantado em todo o Governo do Estado o projeto Governo sem Papel. Ou seja, todos os processos e documentos que hoje são em papel serão digitais a partir do mês de abril de 2019.
- **Criação de grupo de trabalho para mapeamento dos serviços que podem ser entregues ao cidadão de forma digital** e construção de um cronograma de implementação. Em 4 anos, nosso objetivo é que todos os serviços do Governo que puderem ser ofertados em formato digital, serão. E **o primeiro órgão a ofertar seus serviços em formato digital será o DETRAN**, viabilizando a solicitação e agendamento da CNH e licenciamento pela internet, permitindo ainda, a opção de recebimento dos documentos em residência. Vamos trabalhar para oferecer esses serviços ainda no primeiro semestre de 2019.

**Melhorias dos Processos (desburocratizar e facilitar a vida do cidadão):** Com o apoio do escritório de processos, iniciaremos o mapeamento e o redesenho da forma como os serviços do Governo do Estado são prestados ao cidadão, com a finalidade de torna-los mais simples, rápidos, acessíveis e digitais. Além disso, com a reestruturação administrativa a ser encaminhada para à ALESC, houve uma reorganização de atividades para gerar mais efetividade das políticas públicas (por exemplo, trabalho, emprego e renda passam a ser gerenciados na ótica de desenvolvimento econômico e não mais de assistência social) e a eliminação de sobreposição de funções como o caso da secretaria de turismo, cultura e esporte em relação à SANTUR, FCC e FESPORTE, bem como da secretaria de

planejamento em relação à secretaria de administração, infraestrutura e desenvolvimento econômico sustentável.

**Redução das Despesas:** Primeiras ações:

- **Contingenciamento do orçamento para o ano de 2019 em 2,5 bilhões de reais** para cobrir o déficit de caixa do Fundo Financeiro destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões e demais despesas obrigatórias do Estado.
- **Negociação para refinanciamento das dívidas vincendas de 2019 a 2022**, com prazo de carência e alongamento do pagamento das parcelas.
- **Redução do número de secretarias de estado** – Com a proposta de extinção da secretaria de turismo, cultura e esporte e da secretaria de planejamento, além de uma nova configuração mais enxuta e compacta para a comunicação, defesa civil e casa civil, haverá uma economia a ser contabilizada assim que as estruturas forem desativadas e reorganizadas, o que deve acontecer nos próximos 100 dias.
- **Desativação das ADRs** – Está sendo assinado neste dia 02/01 o decreto que dispõe sobre o processo de desativação das Agências de Desenvolvimento Regionais (ADRs). Até o dia 30 de abril de 2019 todas as ADRs estarão desativadas. Ao final desse processo será quantificado o valor a ser economizado com a desativação dessas estruturas.
- **Adoção dos Centros de Serviços Compartilhados na administração pública** estadual - Visando à redução de custos; melhoria na qualidade na prestação de serviços; padronização de processos; precisão e cumprimento de prazos, especializando o pessoal alocado em atividades de apoio. Esse modelo será adotado, até o final do primeiro semestre de 2019, nas secretarias sediadas no Centro Administrativo do Governo do Estado, unificando e reduzindo as áreas-meio de gestão de pessoas, compras e suporte de tecnologia da informação. Depois, esse modelo será replicado nas demais secretarias.

- **Revisão dos contratos** – Durante do período de transição foram identificados contratos que necessitam de uma revisão no que se refere a valores e quantitativos. Nos próximos 90 dias, cada titular de órgão vai reavaliar esses contratos com o objetivo de reduzir essas despesas. Como exemplo de contrato que será revisado, temos o de prestação de serviços especializados de vigilância eletrônica e humana nas unidades da Secretaria de Estado da Educação, com valor superior a 42 milhões de reais ao ano. O novo secretário, em conjunto com a sua equipe, terá seis meses para propor um novo modelo de segurança nas escolas que reduza essa despesa e ao mesmo tempo garanta a proteção de alunos, pais, professores e patrimônio.
- **Redução dos cargos comissionados e funções gratificadas na administração direta:** Com a reforma administrativa, serão eliminados **922 cargos comissionados e funções gratificadas**, gerando uma economia anual de **89 milhões de reais**, quantia suficiente para custear a ativação da nova ala do hospital de Lages, que deve estar pronta no primeiro semestre de 2019, e demandará 60 milhões de reais. Esse valor de economia se refere a comparação da estrutura atual com a nova estrutura que será proposta à ALESC. Com o provimento dos cargos, considerando que grande parte dos nomeados são servidores públicos, essa economia deve superar os 100 milhões de reais. No mês de janeiro haverá a readequação dos cargos das autarquias e fundações, o que deve ampliar a economia neste item, também.
- **Adoção do processo digital** – economia anual estimada de **26 milhões de reais** apenas em material de expediente e transporte, considerando o total de 878.205 processos em papel tramitados no ano de 2018 em relação ao custo de 30 reais por processo estimado pelo Conselho Nacional de Justiça e Universidade Federal do Espírito Santo. Não estão incluídos neste valor a redução de mão de obra terceirizada dos protocolos, redução de espaço para guarda dos documentos e a redução do tempo de envolvimento do servidor com o processo. Apenas na Secretaria de Estado da Saúde, a digitalização de processos em papel de atendimento dos pacientes para envio e faturamento junto ao Ministério da Saúde consumiu, no ano de 2018, **3 milhões de reais**. Somente o somatório desses dois valores corresponde a quase totalidade do

investimento a ser realizado na reforma das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, que é de 29,6 milhões de reais.

- **Deslocamento de servidores públicos em serviço com o uso de aplicativo de transporte** – Ainda no mês de janeiro será lançada a licitação para contratação de aplicativo de transporte a ser utilizado pelos servidores públicos em seus deslocamentos de serviço. Nesta primeira fase serão atendidos os órgãos do Governo do Estado sediados na Grande Florianópolis. Após essa etapa inicial, o serviço deve ser estendido para todo o Estado. A utilização desse serviço para o deslocamento de servidores trará uma economia estimada de 48% no custo de transporte (custo por quilômetro com carro próprio R\$ 5,30 X Custo por quilômetro com carro do serviço de aplicativo R\$ 2,78 [valor de referência]), ou seja, há uma previsão de economia para o ano de 2019, apenas na Grande Florianópolis, de **4,88 milhões de reais**. Com esse projeto haverá uma redução de 50% na frota de veículos utilizados na atividade meio dos órgãos. Esses veículos poderão ser destinados à atividade finalística da saúde ou segurança, por exemplo, ou leiloados.
- **Tornar regra o uso do pregão eletrônico para compras públicas no Governo do Estado** – muitos órgãos ainda utilizam o pregão presencial para realizar as suas compras e contratações, reduzindo assim a participação de concorrentes, a competitividade e a economia oriunda da disputa no pregão. Neste mês de janeiro, o Governador editará ato tornando o pregão eletrônico regra, admitidas apenas as exceções previstas em lei devidamente motivadas e autorizadas pela Secretaria de Estado da Administração. Embora o pregão eletrônico já esteja consolidado no estado, em 2018, o Portal de Compras ainda registrou 275 pregões presenciais, responsáveis pela homologação de R\$ 258.103.480,14 em contratações. Iniciativas anteriores no estado mostram que o potencial de redução entre o valor referência e o valor homologado em pregões eletrônicos pode chegar a 16%. Embora a redução esteja fortemente atrelada também a outros fatores, o potencial de economia no ano gerado com a decisão da utilização exclusiva de pregão eletrônico pode chegar a **40 milhões de reais**.

- **Venda das aeronaves que atendem o Gabinete do Governador** – Economia de **3,5 milhões de reais** no ano, em custeio e manutenção das aeronaves. Sem considerar o valor que será obtido com a venda as aeronaves. Esse valor correspondente, aproximadamente, ao depósito inicial necessário para liberação das obras de acesso ao novo terminal do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.
- **Compra direta de passagens aéreas** – Atualmente, as passagens aéreas são adquiridas por meio de agência de viagem contratada de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Administração. Em 2018, foram pagos R\$ 11.741.485,82 à agência de turismo contratada. Em 2019, esse modelo será alterado e a compra das passagens será realizada diretamente com as companhias aéreas. Esse modelo permite a negociação de descontos nos bilhetes, podendo refletir em economia para os cofres públicos. Iniciativa semelhante na Administração Pública Federal resultou em economia de 18,68% nos gastos com emissão de passagens. Se aplicarmos o mesmo percentual de redução aos gastos do Governo de Santa Catarina, tem-se um potencial de economia de mais de **2 milhões de reais** no ano.
- **Plano Anual de Compras** - A divulgação do Plano Anual de Compras do poder executivo trará inúmeros benefícios, tais como o aumento do potencial de ganho em escala e a possibilidade de divulgação das expectativas de compras para o mercado fornecedor, contribuindo, principalmente, com a participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas compras públicas, ampliando assim a competitividade (em atendimento à Lei Complementar 123/2006).

#### **Aumento da Receita:** Primeiras ações:

- **Crescimento da receita em decorrência do crescimento da economia** - A Lei Orçamentária aprovada pela Assembleia Legislativa prevê um crescimento da receita estadual em **7%**, relativo ao impacto da inflação nos preços e no crescimento do PIB de Santa Catarina. Apesar do aumento da receita, o Déficit de Caixa do Tesouro projetado para 2019 está estimado em **2,5 bilhões**, com despesas de caráter obrigatório. Para fazer frente a este Déficit de Caixa do

Tesouro, estamos trabalhando com um contexto favorável para o ano de 2019, diante da mudança no Governo Federal, que está gerando um impacto muito positivo na economia. A receita do Estado de Santa Catarina de outubro a dezembro de 2018 apresentou crescimento **superior a 10%**. Muitos novos investimentos estão sendo anunciados em Santa Catarina, as fábricas ainda possuem muita capacidade ociosa, que será preenchida com o aumento da produção devido a demanda maior por bens e serviços, represados por 5 anos de recessão e desemprego.

- **Redução das Isenções Fiscais** – A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê uma redução gradual da Renúncia Fiscal no período de 2019 a 2022, fixando limite máximo para a renúncia fiscal em 16%, hoje de 25% da receita bruta de impostos. Esse movimento trará um impacto positivo na receita de 2019 em torno de **750 milhões de reais**. Destaca-se que também serão revisados todos os benefícios fiscais ainda vigentes em 2019, para verificar a pertinência e a relevância social e econômica de cada item constante da Legislação tributária, para decisão da continuidade ou não dos mesmos.
- **Repasse das compensações previdenciárias pelo Governo Federal**: Estão pendentes para análise do INSS processos de compensação previdenciária para o IPREV na ordem de **130 milhões de reais**. Assim, o Governador vai interagir com o Governo Federal para agilizar a análise desses processos e a liberação desses recursos, que ajudarão a reduzir o repasse do Tesouro ao IPREV para cobrir o déficit previdenciário. Esse incremento de receita equivale íntegra dos recursos destinados à Polícia Militar, por meio do fundo de melhoria, durante todo o ano de 2018, para custeio de suas atividades, cobrindo despesas como combustível, alimentação, manutenção da frota, comunicação, etc.
- **Levantamento dos imóveis pertencentes ao Estado** – Durante a transição ficou evidente que o controle do Estado sobre seus bens imóveis é muito precário, de tal forma que não existe um registro confiável da integralidade destes bens. Assim, já no mês de janeiro será criada uma força-tarefa na Secretaria de Estado da Administração para levantamento e cadastramento de todos os imóveis do Estado. Permitindo a realocação de órgãos instalados



atualmente em imóveis locados ou em condições precárias. Todos os imóveis que não tiverem utilidade para o estado serão vendidos, desonerando o estado dos custos que envolvem esta manutenção e permitindo que os valores arrematados sejam reinvestidos nos serviços essenciais prestados ao cidadão.

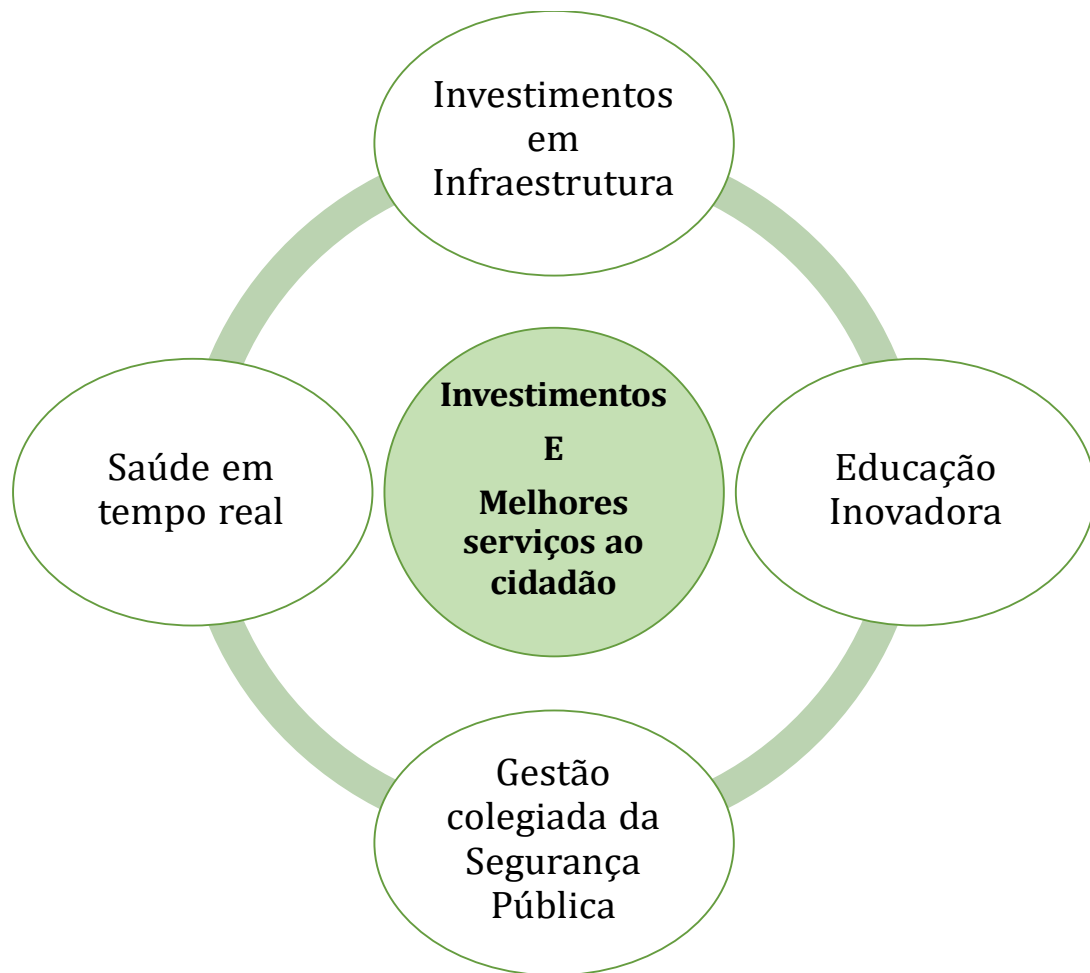
- **Inteligência Fiscal** – O Estado tem hoje inscritos em dívida ativa e, portanto, a receber, o montante de mais de 17 bilhões de reais. Para ampliar a recuperação desses valores, priorizando a cobrança dos devedores com maior possibilidade de pagamento, será implementado no Governo do Estado o projeto Inteligência Fiscal. Será criada uma força-tarefa capacitada na utilização de ferramentas de inteligência fiscal capazes de cruzar informações internas com informações públicas que atualmente somam mais de 210 milhões de pessoas e 39 milhões de empresas, utilizando tecnologias em Big Data Analytics e Inteligência Artificial, auxiliando na descoberta de oportunidades de cobrança. Projeto semelhante foi implementado na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e viabilizou a recuperação de 500 milhões de reais aos cofres públicos em apenas um ano.
- **Simplificação e Padronização da Legislação Tributária** - A legislação tributária de Santa Catarina necessita de revisão e simplificação e nesse processo esperamos fechar todas as janelas de planejamento tributário para reduzir os tributos a recolher. E, como consequência aumento da receita estadual.
- **Foco na Sonegação Fiscal e Economia Informal** - Os estudos indicam que a economia informal gira em torno de **20% do PIB**. A sonegação fiscal através de vendas de mercadorias sem nota fiscal, com nota fiscal com preço menor que o praticado (subfaturamento), com fraudes estruturadas em registros fiscais e contábeis, com contrabando, com pirataria e fraudes em peso e composição de produtos, necessita de combate constantes da fiscalização de tributos e a Secretaria da Fazenda investirá muito nesse trabalho com a utilização de ferramentas de inteligência artificial. Em 2019 está previsto o uso intensivo dessas ferramentas para a redução da sonegação fiscal e o aumento da arrecadação estadual, com o adimplemento voluntário das diferenças

encontradas, através do monitoramento constante da arrecadação de cada contribuinte.

- **Foco na Sonegação de Tributos de Grandes Empresas que atuam em Santa Catarina** - Grandes redes de varejo que atuam em Santa Catarina não recolhem ICMS por ação de sonegação, fraudes fiscais e contábeis estruturadas e de planejamento tributário para não recolher tributos, ou simplesmente apura e não recolhe o imposto, caracterizando o devedor contumaz. A Secretaria de Estado da Fazenda dará início a um plano de ação para reduzir esse tipo de sonegação, a ser implementado nos próximos 100 dias, com resultados diretos na arrecadação do ICMS.

Abaixo, segue a tabela com uma síntese do potencial de redução de despesa e aumento de receita no ano com essas primeiras medidas. Outras ações serão desenvolvidas, como explicitado acima, mas o impacto financeiro dessas iniciativas ainda não é passível de estimativa.

<b>Ação</b>	<b>Potencial de redução de despesa e incremento de receita</b>
Redução das isenções fiscais	750.000.000,00
Redução de cargos comissionados/funções gratificadas	89.000.000,00
Pregão Eletrônico	40.000.000,00
Governo sem Papel	29.000.000,00
Transporte por aplicativo	4.880.000,00
Venda das Aeronaves	3.500.000,00
Compra Direta de Passagens Aéreas	2.000.000,00
Compensação previdenciária (atuação junto ao INSS)	130.000.000,00
<b>Total</b>	<b>1.048.380.000,00</b>



O Governo terá ações prioritárias em todas as áreas, com planos de ação elaborados por cada órgão nos próximos 100 dias. No entanto, algumas ações, em áreas estratégicas, podem ser destacadas desde já.

São ações prioritárias neste início de governo:

**Investimentos em Infraestrutura:** Essa será a marca do Governo que inicia. Certamente, educação, saúde e segurança são as maiores demandas da sociedade catarinense. E o nosso compromisso é entregar serviços nessas áreas em maior quantidade e melhor qualidade. Neste contexto, o crescimento da economia exerce papel fundamental para permitir que o governo tenha capacidade de atuar fortemente nessas três áreas. Assim, nossa prioridade será alocar e captar recursos para melhorar e evoluir a Infraestrutura em nosso Estado. Investir em infraestrutura, atrai novos investimentos, melhora a competitividade de nossa indústria e de nossos produtores rurais, favorece os empreendedores, atrai mais turistas, melhora a mobilidade, enfim, gera mais renda e riqueza

para as pessoas e, conseqüentemente, mais receita para o Governo do Estado. Com essa receita adicional, conseguiremos aprimorar os nossos serviços na educação, na saúde e na segurança. São ações iniciais na área de infraestrutura:

- **Reformulação completa da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade**, concentrando todas as atividades em apenas uma única estrutura, que hoje já funciona em um único espaço físico, mas com atividades-meio e ações sobrepostas e com custos triplicados. A reorganização das competências permitirá agilidade e otimização das ações, uma vez que reduz níveis de autorização nos processos decisórios, elimina sobreposições de atribuições que, por estarem dissipadas em várias áreas, tornavam morosa a atuação do governo. Assim, reduz o desperdício de energia em atividades sobrepostas nas três entidades. O foco agora volta-se para os objetivos institucionais. Na nova estrutura - em alinhamento com as diretrizes de simplificação e melhoria de processos e com conseqüente ganho de eficiência - serão unificadas as atividades meio e fortalecidas as áreas responsáveis pelo planejamento, execução e fiscalização de obras, dando-lhes ênfase, com vistas a diminuir o tempo de execução das obras, evitar paralisações por falta de licenças, erros de projeto e mitigar a necessidade de aditivos contratuais, ou seja, essa transformação pretende dotar a secretaria da capacidade de produzir estudos, projetos e obras de excelência, a fim de alicerçar o desenvolvimento econômico e social do Estado.
- **Conclusão das obras que já estão em andamento e retomar as obras paradas**, com destaque para a conclusão do acesso ao novo terminal do aeroporto internacional Hercílio Luz, reforma das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles e conclusão da duplicação da BR-470, seja alocando recursos próprios, seja buscando a parceria do Governo Federal e de Órgãos Financiadores.
- **Atualização do Plano Estadual de Logística e Transporte** (a última versão data de 2013), em parceria com todas as entidades que militam nessa área, e com base nele priorizar as obras necessárias em cada região de nosso Estado.

**Saúde em Tempo Real:** Durante a transição foi possível identificar a carência de informações para identificação de problemas e construção de soluções de forma ágil e que

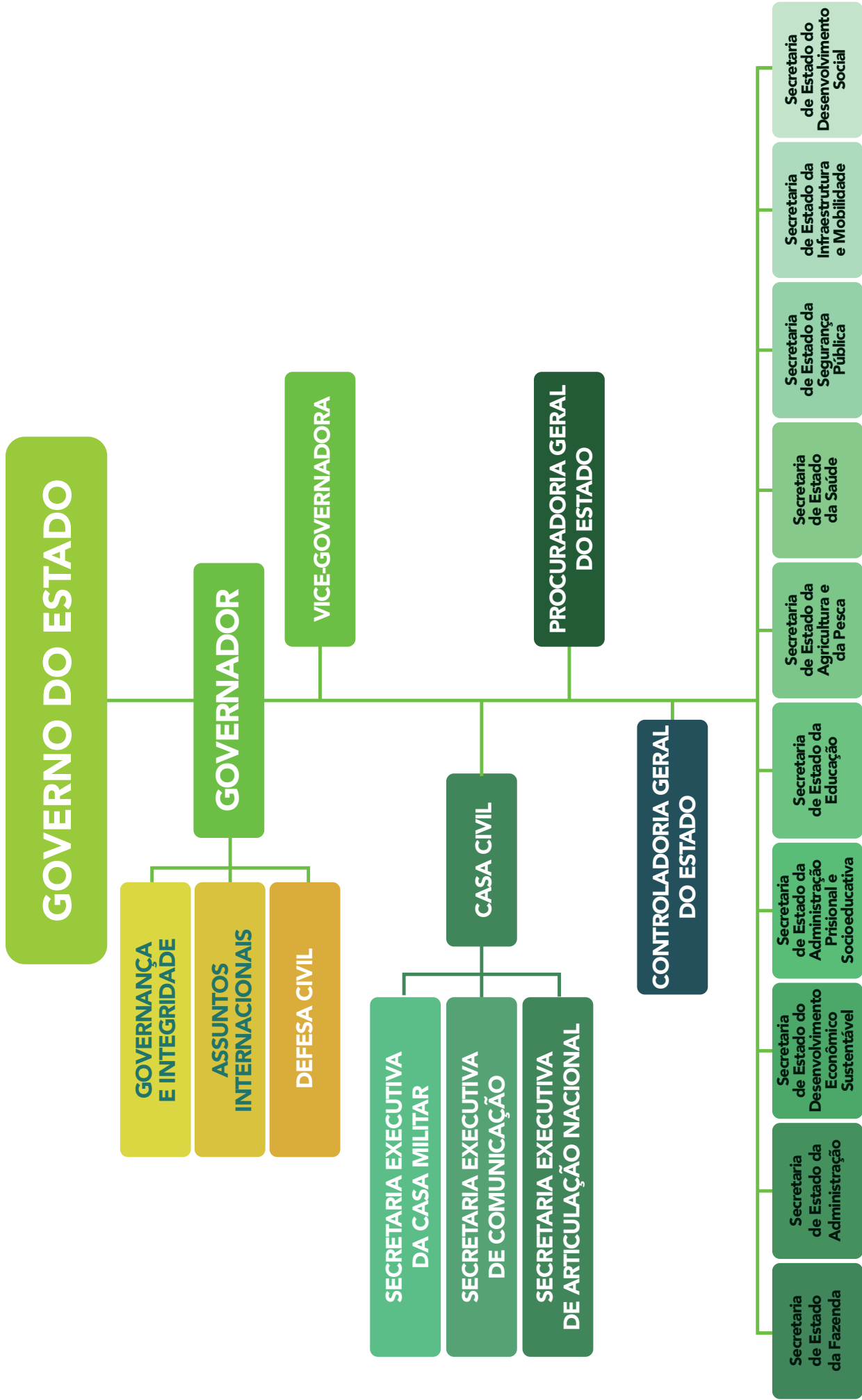
garantisse o atendimento adequado das pessoas que precisam do sistema de saúde, por isso as ações prioritárias na saúde serão:

- **Sala de Situação da Saúde** - Para monitoramento e acompanhamento em tempo real das metas, indicadores, filas de espera para procedimentos, leitos disponíveis, ocupação hospitalar, dentre outros indicadores, permitindo a identificação célere de problemas e o apoio ao processo de decisão dos gestores. Na sala de situação será realizado também o controle eletrônico dos medicamentos adquiridos pela secretaria de estado da saúde, permitindo que o “estoque” seja estadualizado. Assim, não teremos mais a situação de um determinado medicamento faltar em um município enquanto esse mesmo medicamento está vencendo em outro, pois não há demanda para ele.
- **Projeto Raio-X da Saúde** - Esse projeto pretende oferecer à população oportunidade de avaliar os serviços de saúde prestados pelo Estado. A população através da web fará a avaliação do pacote de serviços que recebeu nas repartições do hospital por onde passou. Aferindo uma pontuação objetiva para algumas dimensões do atendimento, que vão desde o ambiente físico até a qualidade do atendimento médico, os quais serão transformados em indicadores acompanhados na sala de situação para o embasamento de decisões voltadas à melhoria constante dos serviços de saúde do estado. Nesta primeira fase do projeto, que será desenvolvida ao longo do ano de 2019, serão contemplados os hospitais administrados diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde.
- **Integração do prontuário eletrônico na Secretaria de de Estado da Saúde**  
– Atualmente, não há intercâmbio de informações sobre os registros dos pacientes nos hospitais catarinenses. Um hospital não acessa as informações do prontuário eletrônico dos pacientes que já foram atendidos em outro hospital. Isso faz com que o médico não consiga ter uma visão de todo o histórico clínico do paciente, comprometendo a qualidade do atendimento. Além disso, a cada novo atendimento em hospitais diferentes, abre-se a possibilidade de repetição de exames já realizados, mas que como não estão acessíveis ao médico acabam sendo repetidos, ampliando o custo desse atendimento. Para acabar com esse problema, a Secretaria de Estado da

Saúde dará início à integração do prontuário eletrônico, centralizando em uma única base de dados as informações de todos os pacientes que ficará acessível para toda a rede hospitalar do Governo do Estado.

**Educação inovadora:** Reduzir a evasão escolar no ensino médio, tornando-o mais atrativo e aproximando os estudantes do mercado de trabalho, do ecossistema de inovação e da tecnologia. Por isso a escolha de um secretário com esse perfil e capaz de implementar essa política.

**Gestão colegiada da Segurança Pública:** Permitir que os gestores dos quatro órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Segurança pública possam, de forma colegiada, decidir sobre a aplicação técnica dos recursos financeiros da secretaria e ampliar a integração operacional e tecnológica entre as organizações. E uma das primeiras ações nesta área será a conclusão do processo de integração dos registros da Polícia Militar e da Polícia Civil e a criação do banco de dados unificado da segurança pública, o que deve ocorrer já nos primeiros 100 dias de governo.



## CASA CIVIL



### **Douglas Borba**

Advogado, com especialização em Direito Público, ex-secretário municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer de Biguaçu e foi vereador na cidade por duas vezes. Professor universitário da UNIVALI, nas cadeiras de Direito Administrativo e Ética Profissional, foi coordenador da campanha de Carlos Moisés ao governo do Estado.



## CASA CIVIL

### SECRETARIA EXECUTIVA DA CASA MILITAR



### **João Carlos Neves Junior**

Especialista em Gestão e Administração em Segurança Pública. Começou no serviço público como oficial da Polícia Militar em 1987. Já foi diretor do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, além de subdiretor de Ensino da PM. Comandava a 8ª Região de Polícia Militar, compreendendo os municípios da região de Laguna (AMUREL).

**CASA CIVIL**

**SECRETARIA EXECUTIVA  
DE COMUNICAÇÃO**



**Ricardo Dias**

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Unisul, é especialista em Jornalismo Editorial. Já atuou assessor de imprensa, repórter, editor-chefe, apresentador e gestor de telejornalismo.

**CASA CIVIL**

**SECRETARIA EXECUTIVA  
DE ARTICULAÇÃO NACIONAL**



**Diego Goulart**

Empresário do ramo do turismo em Santa Catarina, já foi assessor legislativo e chefe de gabinete na Câmara de Vereadores de Tubarão.

## DEFESA CIVIL



### **João Batista Cordeiro Júnior**

Formado em Direito pela Univali e em Administração Pública pela Udesc, faz parte do quadro de oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina desde 1988. Ocupou anteriormente a gerência-geral do Samu. É secretário da Defesa Civil desde julho de 2018.

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO



### **Célia Iraci da Cunha**

Funcionária concursada há 12 anos da PGE como Procuradora, ingressou no estado em 2001 por meio do Tribunal de Justiça, como Técnica Judiciária.

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



### **Paulo Eli**

Eli é funcionário de carreira e atua há 34 anos na Secretaria da Fazenda e 41 anos na administração pública. Tem especialização em política e estratégia pela Escola Superior de Guerra do Ministério da Defesa. É graduado em Administração e Ciências Contábeis pela UFSC, além de ter especialização em Gestão Fazendária

## SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO



### **Jorge Eduardo Tasca**

É tenente-coronel da Polícia Militar, com atuação no centro de inovação da corporação. Participou na criação do PMSC Mobile, ferramenta para a gestão de ocorrências por meio smartphones e tablets.

## SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E TURISMO



### **Lucas Esmeraldino**

Graduado em Odontologia pela Unisul, é especialista em Ortodontia e visão empresarial. Iniciou trajetória política, em 2012, elegendendo-se como o vereador mais votado da cidade de Tubarão



## SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA



### **Leandro Lima**

Agente penitenciário desde 1988 e pedagogo, foi diretor do Departamento de Administração Prisional (Deap) e secretário-adjunto da Secretaria de Cidadania e Justiça antes de assumir a pasta no início de 2018. Tem publicações na área de Educação Prisional e recebeu diploma e medalha do mérito acadêmico em 2005.

## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



### **Natalino Uggioni**

Ex-superintendente do Instituto Euvaldo Lodi em Santa Catarina. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.

## SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PESCA



### **Ricardo de Gouvêa**

Foi fundador do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (ICASA) e Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (SINDICARNE) e da Associação Catarinense de Avicultura (ACAV). Tem 30 anos de experiência no agronegócio

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



### **Helton de Souza Zeferino**

Ex-comandante do 1º Batalhão dos Bombeiros em Florianópolis. Formado em medicina pela UFSC, já serviu como médico plantonista no resgate aéreo dos Bombeiros.

## SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA



### **Coronel Araújo Gomes**

Com a reforma administrativa, a atual Secretaria será gerida pelo Colegiado Superior de Segurança Pública. Os comandantes de cada uma das instituições (PMSC, CBMSC, PCSC e o IGP/SC) vão fazer um revezamento na presidência, um ano cada, iniciando por Araújo Gomes, coronel desde 2016 e Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina desde fevereiro de 2018. Pelo rodízio, em 2020 será Delegado-Geral da Polícia Civil, depois o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e, então, o Diretor-Geral do Instituto Geral de Perícias

## SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE



### **Carlos Hassler**

É coronel do Exército Brasileiro e tem vasta experiência nas áreas de engenharia e execução de obras de infraestrutura, tais como a construção do molhe do Porto de Imbituba, a estrutura para atracação de navios no porto de São Francisco do Sul e a pavimentação da rodovia SC-114, na Serra.

## SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



### **Maria Elisa da Silveira de Caro**

Mestre em Sociologia Política, já atuou em diferentes secretarias de Estado ao longo de sua carreira. Entre outros cargos, já foi diretora de Direitos Humanos, secretária-adjunta de Justiça e Cidadania e gerente de projetos na Secretaria de Segurança Pública.

## GOVERNANÇA E INTEGRIDADE



### **Naiara Czarnobai Augusto**

É integrante do Ministério Público de Santa Catarina, formada em Direito e com especialização em Direito Penal; Cibernético; Corporativo e Compliance, Propriedade Intelectual e MDB em Inovação.



## ASSUNTOS INTERNACIONAIS



### **Derian Campos**

Brasileiro, com cidadania norte-americana. Especialista em Marketing pela Harvard School of Business, empresário do ramo automotivo e de "startups", com experiência no fomento e na abertura de novos negócios internacionais, com relações comerciais estabelecidas nos Estados Unidos, México, China e em países europeus.

## CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO



### **Luiz Felipe Ferreira**

Mestre e Doutor em contabilidade pela UFSC.  
Coordenador do grupo de transição, tem experiência na área contábil e financeira do setor público e privado.